XXXI CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI BRASÍLIA - DF

PESQUISA E EDUCAÇÃO JURÍDICA

CARLOS ANDRÉ BIRNFELD

FELIPE CHIARELLO DE SOUZA PINTO

BENJAMIN XAVIER DE PAULA

Copyright © 2024 Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – CONPEDI
Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - FMU – São Paulo
Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC – Santa Catarina
Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa – Pará
Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG – Goiás
Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos – Rio Grande do Sul
Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio – Rio de Janeiro
Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:
Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão
Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais
Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA - Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Fernando Passos – UNIARA - São Paulo
Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo
Secretarias
Relações Institucionais:
Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná
Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia
Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal
Comunicação:
Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina
Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe
Relações Internacionais para o Continente Americano:
Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do sul
Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão
Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM – São Paulo
Relações Internacionais para os demais Continentes:
Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará
Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul
Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI – Santa Catarina
Eventos:
Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo
Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina
Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Membro Nato – Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa – UNICAP – Pernambuco

P472

PESQUISA E EDUCAÇÃO JURÍDICA [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Carlos André Birnfeld, Felipe Chiarello de Souza Pinto, Benjamin Xavier de Paula – Florianópolis: CONPEDI, 2024.

Inclui bibliografia
ISBN: 978-65-5274-080-9
Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações
Tema: Saúde: UM OLHAR A PARTIR DA INOVAÇÃO E DAS NOVAS TECNOLOGIAS

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Pesquisa. 3. Educação jurídica. XXX Congresso Nacional do CONPEDI Fortaleza - Ceará (3: 2024 : Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



Conselho Nacional de Pesquisa
e Pós-Graduação em Direito Florianópolis
Santa Catarina – Brasil
www.conpedi.org.br

XXXI CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI BRASÍLIA - DF

PESQUISA E EDUCAÇÃO JURÍDICA

Apresentação

O Grupo de Trabalho PESQUISA E EDUCAÇÃO JURÍDICA I teve seus trabalhos apresentados na tarde do dia 29 de novembro de 2024, durante o XXXI Congresso Nacional do CONPEDI, realizado nos dias 27, 28 e 29 de novembro de 2024, na cidade de Brasília /DF, tendo como tema "UM OLHAR A PARTIR DA INOVAÇÃO E DAS NOVAS TECNOLOGIAS".

As apresentações foram divididas em três blocos de exposições, sendo que, em cada um dos mesmos, houve, pelos autores presentes, a exposição dos respectivos artigos aprovados, em sequência, sendo, ao final de cada bloco, aberto espaço para o respectivo debate.

O artigo APLICAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DA SOCIOLOGIA DA ESCOLA DE CHICAGO NA ANÁLISE DO FENÔMENO CRIMINOLÓGICO, de autoria de Claudio Alberto Gabriel Guimaraes , Cláudio Santos Barros e Bruna Danyelle Pinheiro Das Chagas Santos, traz uma pesquisa desenvolvida no âmbito da disciplina de metodologia da pesquisa em Direito do Mestrado em Direito e Instituições do Sistema de Justiça da Universidade Federal do Maranhão UFMA, abordando os métodos e técnicas desenvolvidos pela Escola Sociológica de Chicago e sua aplicação contemporânea na análise do fenômeno criminológico. Destaca que a Escola de Chicago, fundada na primeira metade do século XX, revolucionou a criminologia ao introduzir uma abordagem empírica e sociológica para o estudo do crime e da delinquência. Seus métodos destacam a importância de se entender o ambiente social e físico onde o crime ocorre, enfatizando a necessidade de inserção do pesquisador no contexto investigado para dele obter uma compreensão mais profunda e detalhada. O objetivo principal do artigo é analisar a aplicabilidade atual da metodologia dessa escola. Para isso, serão apresentados alguns conceitos da Criminologia do Lugar e seu papel como vertente ecológica, que atualizou parte do arcabouço teórico da Escola de Chicago. A pesquisa adota um raciocínio indutivo, utilizando métodos de procedimento sociojurídico-crítico e jurídico descritivo-diagnóstico. A técnica de pesquisa empregada corresponde a uma ampla revisão bibliográfica.

O artigo O LABORATÓRIO DE DIREITOS HUMANOS, GÊNERO E SEXUALIDADE (LADIHGES), de autoria de Douglas Verbicaro Soares, tem por foco visibilizar as ações e estratégias do Laboratório de Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade (LADIHGES) da Universidade Federal de Roraima nas áreas de gênero, sexualidade e Direitos Humanos, com

o intuito de sensibilizar discentes, docentes e a sociedade em Boa Vista sobre esses temas de relevância mundial, devido aos distintos casos de violência contra mulheres e a comunidade LGBT+ (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros etc.) em Boa Vista. Ressalta que como alternativa para a modificação de realidades, a criação do Laboratório se implementou para ser um espaço de referência para o estudo em temas relacionados com os episódios de preconceito e discriminações que dominam essa localidade, no extremo norte do país. Com essa situação conflitiva, o artigo analisa, por meio do método bibliográfico exploratório, a importância do LADIHGES para a sensibilização da sociedade roraimense acerca dos temas supracitados. O estudo busca responder a seguinte indagação: Como um Laboratório poderá impactar como agente de mudanças no contesto do desrespeito aos Direitos Humanos no estado de Roraima? A investigação conclui pela necessidade de produção de novos estudos sobre a temática do artigo para fomentar o diálogo no âmbito acadêmico e científico das questões que versam sobre Direitos Humanos, gênero e sexualidade em Boa Vista, uma vez que as desigualdades excluem a participação social de pessoas em temáticas de gênero, suas identidades e sexualidades em Roraima.

O artigo PRESENÇA DE MULHERES NO ENSINO JURÍDICO: UM LEVANTAMENTO QUANTITATIVO, de autoria de Ela Wiecko Volkmer de Castilho, Stella Regina Coeli de Souza e Ana Paula Garutti, tem como objetivo apresentar dados quantitativos sobre a presença de mulheres docentes no âmbito dos cursos de graduação em Direito das instituições públicas e privadas de ensino superior no Brasil, entre 2001 e 2021, levando em conta marcadores de gênero, raça/cor/etnia, idade e deficiência. A pesquisa se vale do método quantitativo de caráter exploratório, e seus dados foram extraídos da plataforma do Censo da Educação Superior disponibilizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). O artigo está dividido em duas partes: na primeira são apresentados dados sobre docentes de todos os cursos do ensino superior brasileiros, correspondendo ao período completo do estudo, ou seja, de 2001 a 2021; na segunda, são expostos os dados sobre a distribuição por sexo, sexo e raça/cor/etnia, sexo e idade e sexo e deficiência, relativos apenas aos docentes do curso de Direito, referentes ao período compreendido entre 2010 e 2021. Tal limitação temporal decorre do fato de que os dados disponibilizados pelo INEP referentes ao período compreendido entre 2001 e 2009 não estão separados por curso, elemento central para o estudo ora pretendido. A principal conclusão, após a análise dos mencionados dados é a de que o número de docentes mulheres em cursos de graduação em Direito, em todos os cenários examinados, foi sempre inferior ao de homens, tanto em instituições públicas quanto em instituições privadas de ensino superior, quase sempre muito distante do percentual indicador de paridade de gênero de 50%.

O artigo UMA SISTEMATIZAÇÃO DAS NORMAS QUE TRATAM DO EXERCÍCIO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO, de autoria de Carlos André Birnfeld, é fruto de pesquisa exploratória destinada ao deslinde do seguinte problema: A partir da Constituição Federal (CF) de 1988 e até 2024, quais são os marcos normativos que tratam da contratação de docentes para o exercício do magistério público federal no ensino superior brasileiro? Assim, o mesmo tem por objetivo o mapeamento e a sistematização das normas que, desde a Constituição Federal brasileira de 1988, regem a contratação e atuação de docentes no ensino superior público federal, com foco especial no exame dos dispositivos legais que regem os correlatos planos de carreira. Destarte, para responder ao problema norteador da pesquisa e ao objetivo proposto, o artigo, inicialmente, traz uma sistematização das normas constitucionais pertinentes, avançando, a seguir sobre as correlatas normas infraconstitucionais, iniciando pelas normas educacionais gerais que tratam da atuação dos docentes no ensino superior e culminando com a sistematização dos marcos normativos atinentes à carreira do magistério superior federal. A pesquisa tem natureza exploratória, método indutivo, e utiliza técnica de pesquisa bibliográfica, cingindo-se à legislação vigente, incluídos os principais atos administrativos normativos relativos a essa legislação

O artigo O ESTUDO DA PROBLEMÁTICA SOCIOAMBIENTAL À LUZ DO MÉTODO DIALÉTICO, de autoria de Claudio Alberto Gabriel Guimaraes, Bruna Sousa Mendes Silva e Bruna Danyelle Pinheiro das Chagas Santos, destaca inicialmente que nas últimas décadas a intensificação das discussões sobre a necessidade de criação de mecanismos eficazes de proteção ambiental reflete uma crescente preocupação da comunidade internacional com a preservação do meio ambiente. Ressalta que esse movimento é resultado do reconhecimento global de que o desenvolvimento econômico precisa estar alinhado à sustentabilidade para garantir a sobrevivência das futuras gerações. Nesse contexto, o e estudo visa analisar a contribuição do método dialético nas pesquisas jurídico-científicas que abordam a complexa relação entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade. A hipótese central é que o método dialético oferece um potencial significativo para desvendar e compreender as contradições e transformações sociais inerentes à questão socioambiental. Afirma que através do estudo das tensões e mudanças sociais, o método dialético pode proporcionar explicações robustas e aprofundadas sobre a sustentabilidade no âmbito jurídico. Para sustentar essa hipótese, o estudo adota o raciocínio dialético como abordagem principal, utilizando o método jurídico-descritivo como procedimento e empregando técnicas de pesquisa estritamente bibliográficas. Assim, busca fornecer uma análise crítica e fundamentada sobre a aplicação do método dialético nas questões de sustentabilidade e desenvolvimento econômico.

O artigo HIP-HOP E EDUCAÇÃO JURÍDICA: DIÁLOGOS ENTRE A CULTURA DE RUA E O DIREITO, de autoria de Frederico Bicho Pinheiro e Renato Duro Dias, busca compreender a função social do movimento Hip-Hop e sua aplicabilidade na Educação Jurídica. Trata-se de pesquisa de abordagem qualitativa cuja revisão de literatura se ancora em teses, dissertações, artigos científicos e obras literárias de diversos/as autores/as e áreas do conhecimento, que dialogam sobre a cultura Hip-Hop e seus saberes, além de produções acadêmicas do campo da Educação Jurídica. Conjuntamente, pretende analisar os resultados de uma pesquisa-ação, envolvendo estudantes de um curso de graduação em Direito de uma universidade pública do sul do país, na realização de oficinas educativas em um Centro, que atende jovens em situação de vulnerabilidade social, residentes de bairros periféricos no Rio Grande do Sul. Essas oficinas, embasadas por elementos da Arte Urbana, sua história, incluem atividades práticas de poesia e fazem parte de ações extensionistas universitárias. Desse modo, busca-se fazer um panorama acerca da natureza educadora da Cultura de Rua, podendo relacioná-la na busca por soluções de problemas contemporâneos abordados no campo do Direito. Ademais, esta proposta reflexiona sobre a necessidade de inovação e no uso de novas metodologias centradas nos sujeitos da aprendizagem para o ensino do direito, a partir de uma comunicação mais flexível e de recursos alternativos de abordagem (como as Artes), para dialogar com jovens periféricos sobre a conscientização de seus direitos.

O artigo IMAGINANDO O DIREITO: AS CONEXÕES ENTRE WARAT E O POTENCIAL DA IA NA EDUCAÇÃO JURÍDICA, de autoria de Joao Virgilio Tagliavini, explora as intersecções entre os insights de Luis Alberto Warat sobre a educação jurídica e as novas possibilidades abertas pela Inteligência Artificial (IA). Partindo da visão de Warat, que defendia uma formação jurídica crítica e humanística, o texto discute como a IA pode ser integrada na educação jurídica de maneira que respeite e amplie esses valores. A pesquisa conduzida pela American Bar Association (ABA) sobre o uso da IA na educação jurídica nos Estados Unidos é analisada, destacando as oportunidades e desafios dessa tecnologia. Argumenta-se que, para extrair o máximo potencial da IA, é fundamental desenvolver competências como a imaginação, a extensão vocabular e um repertório cultural amplo. Esses elementos são essenciais para garantir que a IA seja usada de forma ética, inclusiva e transformadora no campo do direito, promovendo a equidade e renovando as práticas jurídicas no Brasil. Associando a potencialidade da IA e os insights do filósofo Warat, o autor propõe uma renovação da educação jurídica no Brasil.

O artigo VIOLÊNCIA PATRIMONIAL CONTRA IDOSOS NO BRASIL: ELEMENTOS PARA A ELABORAÇÃO DE UMA UNIFORMIZAÇÃO TAXONÔMICA NA CONSTRUÇÃO E ANÁLISE DE BANCOS DE DADOS, de autoria de Maria Cristina Cardoso Pereira e Maria Leonor Leiko Aguena, discute as formas como a violência

econômica, financeira e patrimonial contra idosos vem sendo objeto de classificação no Brasil. A partir da elaboração de um levantamento bibliográfico acerca dos conceitos envolvidos na tipificação das lesões patrimoniais aos idosos, busca inicialmente identificar as principais referências teóricas a respeito do tratamento do tema, especialmente do ponto de vista de sua taxonomia. Em um segundo momento, sistematiza achados encontrados no Banco de Dados do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania através do Disque-100. Em especial, constata que não há uma uniformização de classificações adotadas para mensurar o fenômeno, o que dificulta uma correta identificação das formas de sua ocorrência e levantamento não superficial de perfil de vítimas e suspeitos. Observa que alterações importantes feitas na taxonomia dos dados coletados no momento das denúncias dificultaram a comparação entre períodos diferentes. Ao final, sugere-se a construção de uma taxonomia uniforme, que dialogue com parâmetros internacionais, e que permita conferir sistematicidade aos bancos de dados, fundamental para as pesquisas sobre o tema.

O artigo A NECESSIDADE DE FORMAÇÃO HOLÍSTICA DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO PARA GARANTIR O DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO, de autoria de Afonso Nonato do Nascimento Neto e Lucas Ribeiro de Faria, examina a disparidade entre a formação pedagógica de professores universitários e a eficácia na comunicação de suas pesquisas. Utilizando uma metodologia qualitativa, a pesquisa inclui uma revisão de literatura abrangente sobre a evolução da formação pedagógica no ensino superior, além de analisar materiais didáticos e práticas pedagógicas em diferentes instituições. A estrutura do estudo é dividida em capítulos que abordam, inicialmente, a história e os conceitos fundamentais da pedagogia universitária. Segue com uma análise crítica dos métodos tradicionais de formação docente, comparando-os com práticas mais modernas e eficazes. O estudo também avalia materiais de apoio utilizados nas formações, como livros e guias pedagógicos, identificando suas limitações. O trabalho conclui com propostas de reformulação dos programas de formação, sugerindo a inclusão de estratégias que integrem melhor a teoria com a prática em sala de aula, no escopo de promover uma comunicação mais clara e significativa que leve em conta as características dos estudantes e melhore a qualidade do ensino superior.

O artigo FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS NA EDUCAÇÃO JURÍDICA: UM MECANISMO PARA AMPLIAR AS HABILIDADES EXIGIDAS PELO MERCADO DE TRABALHO CONTEMPORÂNEO, de autoria de Larissa Dias Puerta de Miranda Freire e Laura Nascimento Santana Souza, destaca inicialmente que o Direito está presente na sociedade brasileira desde seus primeiros passos como Nação e que a influência europeia foi de grande impacto, contudo, aos poucos, o ensino jurídico no Brasil foi tomando forma e ganhando seu espaço, com isso, surgindo a necessidade de normatizar as Faculdades de

Direito no país. Observa que a distância entre a sala de aula e a prática jurídica gerou uma crise que motivou a criação de instrumentos normativos que se preocupassem com a estrutura do curso de Direito. Ressalta que ainda assim, com o grande avanço tecnológico e as constantes mudanças sociais, o mercado de trabalho se tornou mais exigente e inconstante. Nessa seara, destaca que surgem Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Direito que, além de reconhecer a necessidade de substituir o método meramente expositivo de ensino e apresentar as metodologias ativas; trazem a inserção do letramento digital como objetivo a ser alcançado na formação do discente. Nesse cenário, ressalta a importância de tornar o letramento digital e o uso da tecnologia como ferramentas de ensino nos cursos de Direito. Conclui que um discente que domina as grandes ferramentas de auxílio da prática jurídica, bem como desenvolve a habilidade para se manter em constante absorção de conhecimento, estará plenamente capacitado para ocupar um grande lugar no mercado de trabalho.

O artigo O DÉFICIT DE PESQUISAS NO CAMPO DO DIREITO SOBRE A DITADURA BRASILEIRA, de autoria de Carlos Eduardo Soares de Freitas e Márcia Costa Misi, busca refletir acerca da produção de pesquisas em Direito sobre a ditadura e se essa produção se mostra razoável, em termos quantitativos. A investigação teve como base o Repertório Institucional da CAPES e se apoiou no número de dissertações de mestrado. Verificou também se existem linhas de pesquisa específicas sobre a temática, considerando os principais programas de pós-graduação em direito no Brasil. A análise dos dados apurados levou em consideração a relação entre o incremento de dissertações sobre o tema e o contexto sociopolítico em que elas foram produzidas. Em seguida, se debruçou sobre o questionamento acerca da pertinência de pesquisas que investiguem as relações entre o campo jurídico e a ditadura para melhor compreensão desse passado. Concluiu que o déficit de pesquisas, mesmo diante de muitas possibilidades de investigação, se deve a diferentes fatores, dentre os quais os reflexos do próprio período autoritário sobre a educação jurídica nacional.

O artigo POR UMA PESQUISA JURÍDICA EMPÍRICA, CRÍTICA E ENGAJADA: CAMINHOS PARA VISIBILIZAR, DESESTABILIZAR E TRANSFORMAR O DIREITO, de autoria de Fredson Sado Oliveira Carneiro e Vinícius Sado Rodrigues, apresenta questões relativas ao debate em torno de pesquisas jurídicas, que se propõem críticas e engajadas. Para isso, discute-se os imperativos de fundamentação ontológica da pesquisa jurídica, mobilizando-se as reflexões de Roberto Lyra Filho, em seus questionamentos acerca do que é o direito. Compreendido o fenômeno jurídico em uma acepção crítica e dialética, desvencilha-se o senso comum que se forma em torno das concepções ideológicas do direito, quer sejam aquelas marcadas pelo positivismo, quer sejam as concepções formadas pelo jusnaturalismo.

Em outro sentido, inaugura-se uma reflexão sobre a importância da pesquisa empírica para o campo jurídico, suas potencialidades e os caminhos que se abrem para o compromisso ético da pesquisa em direito. Uma nova forma de pensar a pesquisa jurídica se afigura, em diálogo com as tarefas da teoria crítica, conforme propõe Joaquin Herrera Flores, quais sejam, as ações epistemológicas de visibilizar; éticas, de desestabilizar; e políticas, de transformar a estrutura das injustiças sociais que compõem a sociedade brasileira.

O artigo A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA DE INVERNO DO NEPECC: INTERLOCUÇÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO DE DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS POR MEIO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, de autoria de Eduarda Camargo Sansão, Vinícius Henrique de Oliveira Borges e Murilo Salvatti Marangoni, ressalta inicialmente que a Universidade é um espaço vital para o desenvolvimento de debates e construções que contribuem para a formação da sociedade brasileira e que, conforme o art. 207 da CF/88, a Universidade se constrói a partir da tríade ensino, pesquisa e extensão. Observa que a extensão universitária, em particular, desempenha um papel crucial ao dialogar sobre temas essenciais para o desenvolvimento social e humano. Assim, o artigo tem como objetivo refletir sobre a construção dos direitos humanos fundamentais na Universidade pública por meio da extensão. Especificamente, busca demarcar o repertório teórico relacionado ao Estado Democrático de Direito e direitos humanos; apresentar uma sequência didática extensionista voltada para a cidadania política; e analisar a aplicação dessa sequência na experiência da Escola de Inverno do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão "Constituição e Cidadania" (NEPECC) da UNESP, campus Franca. Metodologicamente, utiliza uma abordagem dedutiva e estudo de caso, com revisão bibliográfica e observação sistemática dos participantes da Escola de Inverno. O manuscrito estrutura-se em: fundamentação teórica, modelo de sequência didática e discussão dos resultados da aplicação da Escola de Inverno.

O artigo A CONFIGURAÇÃO DO MARCO REGULATÓRIO DOS CURSOS DE DIREITO: CONCEPÇÕES NORMATIVAS DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS - RESOLUÇÃO 05/2018-CNE, de autoria de Juan de Assis Almeida, destaca inicialmente que o campo da educação jurídica realiza constantes reflexões sobre os sentidos da formação superior, principalmente nos processos de definição do marco regulatório da área. Intencionando contribuir para a análise desse campo, o artigo objetiva examinar as concepções de poder normativo das Diretrizes Curriculares Nacionais, que permearam a elaboração da Resolução CNE/MEC nº. 05/2018. Os dados utilizados foram coletados em pesquisa documental no Ministério da Educação (processos, propostas, atas e discursos), buscando realizar uma radiografia dos discursos inseridos na construção da normativa, analisando-a a partir da teoria relacional de campo social de Pierre Bourdieu. Observou-se

uma pluralidade de concepções do poder normativo das diretrizes em relação às IES, a partir do lugar de fala de cada agente participante do debate, sobretudo uma concepção de uma diretriz orientadora e que fixa parâmetros mínimos obrigatórios, especialmente compartilhada pelo campo burocrático-estatal, pelos órgãos regulatórios do MEC. Ademais, percebeu-se a propensão de flexibilização das exigências curriculares e ampliação do poder normativa das IES na estruturação dos seus cursos de graduação por meio dos atores que representam o capital econômico - conglomerados educacionais - e também do capital profissional, juristas acadêmicos e juristas profissionais. Apesar da presença heterogênea nos debates de configuração das DCNs dos Cursos de Direito, percebeu-se que o documento procurou atender aos interesses de agentes - sobretudo grupos econômicos e profissionais -, que se articularam com as instâncias regulatórias, para que as escolhas normativas que organizam os cursos de direito adotassem um sentido liberalizante juntos às IES.

O artigo OS ESTUDOS SOBRE NEGRITUDE E RACISMO NO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO DA FDUSP, de autoria de Benjamin Xavier de Paula, tem como objetivo identificar a presença/ausência das temáticas relativas à negritude e ao racismo no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Direito da FDUSP e, para isso, parte dos pressupostos teóricos das teorias africanistas (africanismo, panafricanismo, negritude e afrocentricidade) e da Teoria Crítica Racial; e dos pressupostos metodológicos da pesquisa mista (Creswell, 2007) de natureza qualitativa e quantitativa, da pesquisa bibliográfica (Gil, 2008; Lima e Mioto, 2007) e da pesquisa documental (Cellard, 2008). As hipóteses da pesquisa partem de uma dupla percepção que existe uma invisibilidade das temáticas relativas à população negra nos cursos de graduação em Direito no Brasil. Destaca que ao adotar as categorias negritude e racismo, interessa identificar como estas temáticas estão presentes e/ou ausentes no ensino jurídico. Os dados da pesquisa revelam que a educação das relações etnco-raciais numa perspectiva de uma educação antirracista e de valorização da contribuição dos diferentes grupos raciais na construção da sociedade ainda é incipiente nos cursos de graduação em Direito. Esses não incorporam as contribuições africanistas e as contribuições das/os pesquisadoras/es e intelectuais negras/os brasileiras/os às teorias do Direito e os estudos da educação e pesquisa jurídica sobre essa temática. Conclui que as Faculdades de Direito e as demais instituições de ensino jurídico, precisam reformular o seu projeto pedagógico com vistas a adaptar a sua grade curricular às normas legais e as modernas Teorias do Direito, dinamizadas pelas contribuições recentes das/os juristas negras/os e das teorias africanistas, antirracistas e da negritude.

Após aproximadamente três horas de apresentações e debates profícuos, foram encerrados os trabalhos do grupo, com congratulações recíprocas.

Benjamin Xavier de Paula

Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo; Faculdade de Direito da Universidade de Brasilia

Carlos André Birnfeld

Universidade Federal do Rio Grande

Felipe Chiarello de Souza Pinto

Universidade Presbiteriana Mackenzie

O LABORATÓRIO DE DIREITOS HUMANOS, GÊNERO E SEXUALIDADE (LADIHGES)

THE LABORATORY OF HUMAN RIGHTS, GENDER AND SEXUALITY (LADIHGES)

Douglas Verbicaro Soares [1]

Resumo

A investigação visibilizará as ações e estratégias do Laboratório de Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade (LADIHGES) da Universidade Federal de Roraima nas áreas de gênero, sexualidade e Direitos Humanos, com o intuito de sensibilizar discentes, docentes e a sociedade em Boa Vista sobre esses temas de relevância mundial. Devido aos distintos casos de violência contra mulheres e a comunidade LGBT+ (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros etc.) em Boa Vista. Como alternativa para a modificação de realidades, a criação do Laboratório se implementou para ser um espaço de referência para o estudo em temas relacionados com os episódios de preconceito e discriminações que dominam essa localidade, no extremo norte do país. Com essa situação conflitiva, o artigo apresentará com uma estrutura de pesquisa analítica e analisará, por meio do método bibliográfico exploratório, sobre a importância do LADIHGES para a sensibilização da sociedade roraimense acerca dos temas supracitados. O estudo buscará responder a seguinte indagação: Como um Laboratório poderá impactar como agente de mudanças no contesto do desrespeito aos Direitos Humanos no estado de Roraima? A investigação conclui pela necessidade de produção de novos estudos sobre a temática do presente artigo para fomentar o diálogo no âmbito acadêmico e científico das questões que versam sobre Direitos Humanos, gênero e sexualidade em Boa Vista, uma vez que as desigualdades excluem e participação social pessoas em temáticas de gênero, suas identidades e sexualidades em Roraima.

Palavras-chave: Direitos humanos, Ações, Educação superior, Lacunas

Abstract/Resumen/Résumé

The investigation will make visible the actions and strategies of the Laboratory of Human Rights, Gender and Sexuality (LADIHGES) of the Federal University of Roraima in the areas of gender, sexuality and Human Rights, in order to sensitize students, professors and society in Boa Vista about these topics of global relevance. Due to the different cases of violence against women and the LGBT+ community (lesbians, gays, bisexuals, transgenders, etc.) in Boa Vista. As an alternative to the modification of realities, the creation of the Laboratory was implemented to be a reference space for the study of themes related to the episodes of prejudice and discrimination that dominate this location, in the extreme north of

[1] Pós Doutor

the country. With this conflictive situation, the article will present an analytical research structure and will analyze, through the exploratory bibliographic method, the importance of LADIHGES for the sensitization of Roraima society about the aforementioned themes. The study will seek to answer the following question: How can a Laboratory impact as an agent of change in the contest of disrespect for Human Rights in the state of Roraima? The investigation concludes that there is a need to produce new studies on the theme of this article to foster dialogue in the academic and scientific spheres of issues that deal with Human Rights, gender and sexuality in Boa Vista, since inequalities exclude and social participation people in themes of gender, their identities and sexualities in Roraima.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Human rights, Actions, Higher education, Gaps

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo discorrerá acerca do Laboratório de Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade (LADIHGES) da Universidade Federal de Roraima - UFRR e, como pilar da educação, possui o dever de produzir trabalhos científicos em várias áreas do Direito com as temáticas principais de gênero, sexualidade e Direitos Humanos, com o intuito de sensibilizar discentes, docentes e a sociedade em Boa Vista sobre esses temas sensíveis.

O contexto regional do estado de Roraima apresenta distintos casos de violência contra mulheres e a comunidade LGBT+ (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e etc.). Como medida de modificação de realidades, a criação do Laboratório se implementou para ser um espaço de referência para o estudo em temas relacionados com os episódios de preconceito e discriminações que assolam essa localidade.

Dessa forma, o trabalho se apresentará com uma estrutura de pesquisa analítica e ponderará, por meio do método bibliográfico exploratório, sobre a importância do LADIHGES para a sensibilização da sociedade roraimense acerca dos temas supracitados. Para a investigação se buscará responder a seguinte pergunta: Como um Laboratório poderá impactar como agente de mudanças no contesto do desrespeito aos Direitos Humanos no estado de Roraima?

Nesse sentido é importante destacar que as atividades do Laboratório englobam os discentes do curso de direito e outros (cursos afins), de diferentes semestres e instituições parceiras, como também membros da sociedade de Roraima.

OBJETIVOS

A pesquisa buscou visibilizar como objetivo geral questões acerca da implementação do Laboratório de Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade da Universidade Federal de Roraima, versando sobre temas de preconceito e discriminação aos Direitos Humanos no estado de Roraima, a partir de uma perspectiva multidisciplinar. Assim como entre os objetivos específicos, verificar a implementação do Laboratório de Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade; Identificar as ações do LADIHGES para a proteção dos Direitos Humanos em Roraima.

METODOLOGIA

Para a investigação serão empregadas as pesquisas bibliográfica, documental e doutrinaria, com uma abordagem qualitativa e responderá sua pergunta de maneira descritiva e

exploratória. Para isso, será realizado um levantamento bibliográfico de literatura nacional e estrangeira, sob confluência multidisciplinar devido ao tema proposto.

Como alternativas para os problemas enfrentados se questionará: Como um Laboratório poderá impactar como agente de mudanças no contesto do desrespeito aos Direitos Humanos no estado de Roraima?

Desse modo, a presente investigação, implementada através da Universidade Federal de Roraima, viabilizará uma discussão importante para a conjuntura problemática que ocupa a situação dos Direitos Humanos no estado.

2 O CONTEXTO DA SENSIBILIZAÇÃO DO LABORATÓRIO DE DIREITOS HUMANOS, GÊNERO E SEXUALIDADE

As realizações das ações do presente Laboratório têm como ponto inicial o acolhimento dos alunos e profissionais para refletirem sobre as realidades socioculturais da sociedade, permitindo que os mesmos possam desenvolver o senso crítico para identificar problemas e buscar alternativas para a elucidação dos mesmos (Verbicaro Soares, 2014). Com essa iniciativa, foi possível que os discentes começassem a questionar posturas e combater obstáculos que dificultavam o acesso ao direito, por parte das pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Nesse sentido, as ações do LADIHGES exigiram uma formação específica para os temas de Direitos Humanos. Desse modo, a iniciativa de ensino almejou a integração dos alunos e profissionais às múltiplas conjunturas na análise interseccional dos Direitos Humanos e temas inerentes, permitindo que os envolvidos pudessem atuar de modo efetivo no combate às inúmeras injustiças que assolam a região, se tornando verdadeiros agentes em prol da igualdade e defensores desses Direitos.

As iniciativas do Laboratório implicariam em incentivar os integrantes em participar efetivamente na Universidade, levando em consideração ao investimento público recebido, fazendo das iniciativas não apenas um ambiente motivador para as trocas de experiências, mas um espaço onde o aluno ou profissional pudessem encontrar múltiplas abordagens para a sua formação e desempenho prático profissional e, também, na viabilidade dos integrantes em conhecer os desafios dessa atenção, identificando problemas e, também, buscando soluções para o aprendizado no curso e na vida, externando esse aprendizado a um número maior da sociedade, participando de debates, ações de extensão, pesquisas e ensinos no âmbito jurídico.

Com essa inovação, o Laboratório de Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade vem trabalhando a sensibilização em temas sensíveis, como a preocupação de formar os discentes e,

futuros profissionais, para os desafios de uma sociedade marcada por episódios de preconceito e discriminações na esfera dos Direitos Humanos e igualmente nas questões de gênero e sexualidade.

Desde 2019, mais de cem trabalhos, entre os mesmos *lives* informativas sobre temas do direito, palestras, visitas de escolas do ensino médio no espaço do LADIHGES, mostras acadêmicas, artigos científicos, capítulos de livros e livros publicados em parceria com os estudantes da graduação. Incentivos que vêm desenvolvendo o senso crítico dos discentes e profissionais da Universidade em um ensino humanizado, levando em consideração os elevados dados que apontam o estado do extremo norte do país, como um dos mais violentos para as mulheres e, também, para as pessoas LGBTs (lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros). Com essa perpectiva diferenciada de modelo novo de ensino para os Direitos Humanos na Universidade Federal de Roraima:

> Con la llegada del profesor, un nuevo modelo de enseñanza ha sido implementado en el NPJDH, con una metodología de enseñanza para los Derechos Humanos, las actividades desarrolladas empezaron a incentivar la resolución de los problemas de la comunidad con políticas de conciliación y medición, busca minimizar los conflictos y la eficaz solución de estos. De esta manera, los egresados del curso de derecho, que hacen sus prácticas en el Núcleo, en las disciplinas de prácticas jurídicas reales I, II, III y IV, vienen siendo motivados en la sensibilización en Derechos Humanos (Verbicaro Soares, 2021, p. 232).

Nessa linha temporal se poderá citar alguns estudos publicados, como por exemplo: a) “Discriminação Homossexual na Ideologia Cristã”; b) “Alternativa Educacional Artística para a Sensibilização em Momentos de Pandemia”; c) “Transgêneros e Forças Armadas Brasileiras: Os Caminhos para a Inclusão Social dessas Pessoas na Sociedade Brasileira”; d) “Estudos Sobre Direitos Humanos e Sexualidade”; e) “A Transição de Pessoas Trangênero no Sistema de Saúde Pública Brasileiro”; f) “Estudo Sobre o Caso Itaberli Lozano: Perspectivas Sobre Homofobia no Brasil”.

Todas as atividades do LADIHGES geraram publicações em diversos periódicos e eventos nacionais e internacionais com a participação do coordenador do Laboratório, de modo individual ou em parceria com os alunos. Fato que demonstra a eficiência dos trabalhos alcançados e que, também, podem servir de inspiração para outras Instituições em favor do ensino jurídico de qualidade e na abordagem multidisciplinar de diferentes temas, desde a temática dos povos originários e tradicionais, passando pelas relações de consumo, proteção de dados, gênero e diversidade sexual, direito laboral, processual civil, saúde pública e muitos

outros. Distintas possibilidades podem contemplar a educação em direito aplicada às práticas jurídicas.

Com as diversas atividades realizadas no Labortório, os alunos e profissionais que participam são avaliados com base nos encontros no espaço do LADIHGES, recebendo as demandas da sociedade, colocando em prática o autoconhecimento adquirido para a solução dos conflitos e capacitando os mesmos no despertar do senso crítico e criativo.

Por esta razão, a sensibilização multidisciplinar em Direitos Humanos ofertada no LADIHGES permite a formação de alunos e profissionais comprometidos com a sociedade local, tornando-os verdadeiramente agentes formadores. É válido destacar que essas práticas já começaram a ser divulgadas em encontros nacionais e internacionais, onde as ações de ensino, pesquisa e extensão integraram trabalhos aprovados em distintos eventos, apresentando resultados importantes para troca de conhecimento e servir como inspiração para outras Instituições.

3 O LADIHGES

No Projeto Político-Pedagógico do curso de Direito do ano de 2022 (PPPC/2022), de início já são abordadas as políticas institucionais e no âmbito do curso, dentre elas a "Política de Valorização da Diversidade, Defesa e Promoção dos Direitos Humanos e Igualdade Étnico-Racial" que têm o seguinte escopo:

> Esta política tem como visão tornar a UFRR reconhecida pela comunidade acadêmica e pelas sociedades local, regional, nacional e internacional como universidade que promove a redução das discriminações étnico/raciais, geracionais, de gênero, de diversidade sexual, de deficiências, entre outras que são estruturantes das desigualdades sociais brasileiras (Roraima, 2022, p. 20).

Além disso, já traz também, nas políticas do âmbito do curso de graduação em direito, a política de extensão, prevendo o Laboratório de Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade (Verbicaro Soares, 2024, p. 399-400).

Como mencionado, é importante que haja colaboração entre os dois pilares estruturais da sociedade brasileira, a família e a educação. Nesse sentido, o Núcleo de Práticas Jurídicas e Defesa dos Direitos Humanos (NPJDH) da Universidade Federal de Roraima (UFRR), considerado o pilar da educação, realizou durante os anos de 2019 a 2024, em conjunto com o Laboratório de Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade (LADIHGES), mais de cem trabalhos

de pesquisa e extensão, entre oficinas, artigos científicos e capítulos de livros em diversas áreas do direito com os principais temas de gênero, sexualidade e Direitos Humanos.

Além disso, o Laboratório de Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade, como mencionado acima, colabora com o NPJDH na realização deste trabalho científico. Diante disso, vale ressaltar que o LADIHGES foi instituído, juntamente com uma série de reformas e revitalizações do NJDH que visavam, segundo o coordenador do NPJDH na época, Douglas Verbicaro (de 2019-2022), reestruturar a formação acadêmica após as adversidades geradas pela pandemia de Covid-19 (UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA, 2022b).

A criação do LADIHGES partiu do interesse em criar no Instituto de Ciências Jurídicas - ICJ da Universidade Federal de Roraima um ambiente propício para o debatende em temas, até então pouco debatidos no âmbito regional do estado (Verbicaro Soares, 2024). Da mesma forma em que se contatou a limitada oferta de referências bibliográficas sobre a temática no ambiente acadêmico e científico da UFRR. Frente a essa limitada visibilidade de materiais para consulta de discentes e docentes, através do Núcleo de Práticas Jurídicas e Defesa dos Direitos Humanos, espaço vinculado ao ICJ, se inicaram as atividades de pesquisa e extensão do LADIHGES, com uma sala específica, montada para reunir alunos da Universidade e fomentar ações que trabalhassem com os assuntos pertinentes ao Laboratório dentro do Curso de Direito.

Da mesma forma, a Universidade Federal de Roraima começou em 2022 a oferecer aulas gratuitas de boxe para mulheres com histórico de violência doméstica e autodeclaradas integrantes da comunidade LGBT+. De acordo com a UFRR (UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA, 2022a), a iniciativa é um projeto de extensão que visa melhorar o preparo físico e psicológico dos participantes, com a busca por conflitos e violências sendo contraindicadas. Nesse sentido, a justificativa para o início do projeto se deve ao número alarmante de vítimas de violência contra mulheres ou membros da comunidade LGBT+ no estado de Roraima.

Diante disso, medidas como oficinas e produção de trabalhos acadêmicos sobre questões relacionadas aos Direitos Humanos, gênero e direitos às sexualidades, em destaque os da comunidade LGBT+ e os direitos que são suprimidos dessa comunidade, foram produzidas pela influência dessas instituições na UFRR. Desse ponto de vista, a influência da USAL no NPJDH foi trazida pelo professor Verbicaro em 2019:

> *Con la llegada del profesor, un nuevo modelo de enseñanza ha sido implementado en el NPJDH, con una metodología de enseñanza para los Derechos Humanos, las actividades desarrolladas empezaron a incentivar la resolución de los problemas de la comunidad con políticas de conciliación y medición, busca minimizar los conflictos y la eficaz solución de estos. De esta manera, los egresados del curso de derecho, que hacen sus prácticas en el Núcleo, en las disciplinas de prácticas*

> *jurídicas reales I, II, III y IV, vienen siendo motivados en la sensibilización en Derechos Humanos* (DIREITOS HUMANOS LAB, 2023).

Nessa realidade, de 2019 a 2023, foram realizados mais de 60 trabalhos (DIREITOS HUMANOS LAB, 2023), cujos temas principais foram Direitos Humanos, diversidade sexual e identidade de gênero. Nessa perspectiva, em 2019 foram 4 trabalhos, como exemplo, se podem destacar o artigo: “Pessoas transgênero e obstáculos dos Direitos Humanos para uma transição adequada” (Soares, 2024, p.240). Em 2020, foram produzidas 10 obras, que merecem destaque nos artigos: "Migrantes LGBT venezuelanos em Roraima" e "A violação dos direitos das trabalhadoras domésticas durante a pandemia de covid-19 e em 2021", um ano importante, com mais de vinte produções científicas, entre elas: livros, artigos, capítulos de livros, projetos de pesquisa etc., sobre questões de Direitos Humanos e sexualidade.

Para exemplificar, de 2019 a 2024 somente com atividades de pesquisa, foram 86 projetos desenvolvidos pelo NPJDH/LADIHGES (UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA, 2024). Igualmente se podem mencionar alguns dos projetos de pesquisa aplicados: 1) 2019 - “Perspectivas de Discriminações de Gênero e Orientação Sexual”, 2) 2020 - “Migrantes Venezulanos LGBTs em Roraima”, 3) 2021 - “Visibilidade Social por Meio da Influência Musical em Temas Transgêneros”, 4) 2022 - “Uma Análise da Violência Obstétrica à Luz do Direito Médico”, 5) 2023 - “Estudo Sobre Gênero e Diversidade Sexual: A Cruzada Ideológica”, 6) 2024 - “Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade no Curso de Direito da Universidade Federal de Roraima”.

Portanto, em menos de 5 (cinco) anos, medidas relacionadas ao tripé do ensino, pesquisa e extensão vêm impactando direta e indiretamente na formação dos estudantes do curso de Direito da Universidade Federal de Roraima. Em 2024, livros como: a) “Estudio sobre la orientación homosexual, género y sus identidades em las Fuerzas Armadas de Brasil”, b) “Direito Administrativo no Contexto Político-Jurídico Brasileiro” ou por meio dos projetos de pesquisa: 1) “Gênero e Violência Contra A Mulher em o Conto da Aia e Darlings: Uma Reflexão Jurídica Sobre as Intersecções da Ficção com a Realidade da Mulher Brasileira”; 2) “Processo Transexualizador”; 3) “Violência Institucional: Uma Análise da Revitimização de Mulheres Vítimas de Estupro de Vulnerável em Roraima”; 4) “A Utilização Musical para a Sensibilização em Direitos Humanos”; 5) “Estudo Sobre a Concessão de Licença-Maternidade para a Mulher não Gestante em uma Relação Homoafetiva”; 6) “Ecofeminismo e Justiça Ambiental: Como as Mulheres são Afetadas de Maneira Desproporcional pelos Desastres Ambientais e de que Forma Isso se Relaciona com as Questões de Gênero”; 7) “A Importância da Prova Oral em Crimes Contra a Dignidade Sexual. Análise Jurídica Acerca da Falibilidade

da Memória Humana". Igualmente, através dos projetos de extensão realizados, como: a) "A Música para a Sensibilização em Direitos Humanos: Ações e Estratégias do LADIHGES"; b) "Comissão de Direito Homoafetivo e Gênero do IBDFAM na Universidade Federal de Roraima"; c) "II Mostra De Produções Acadêmicas do Curso de Direito da Universidade Federal de Roraima"; d) "Práticas Éticas e Moral Social"; e) "Comunica NJPDH" reforçam o compromisso do LADIHGES nas discussões acadêmicas e científicas sobre tenas relaventes para o direito.

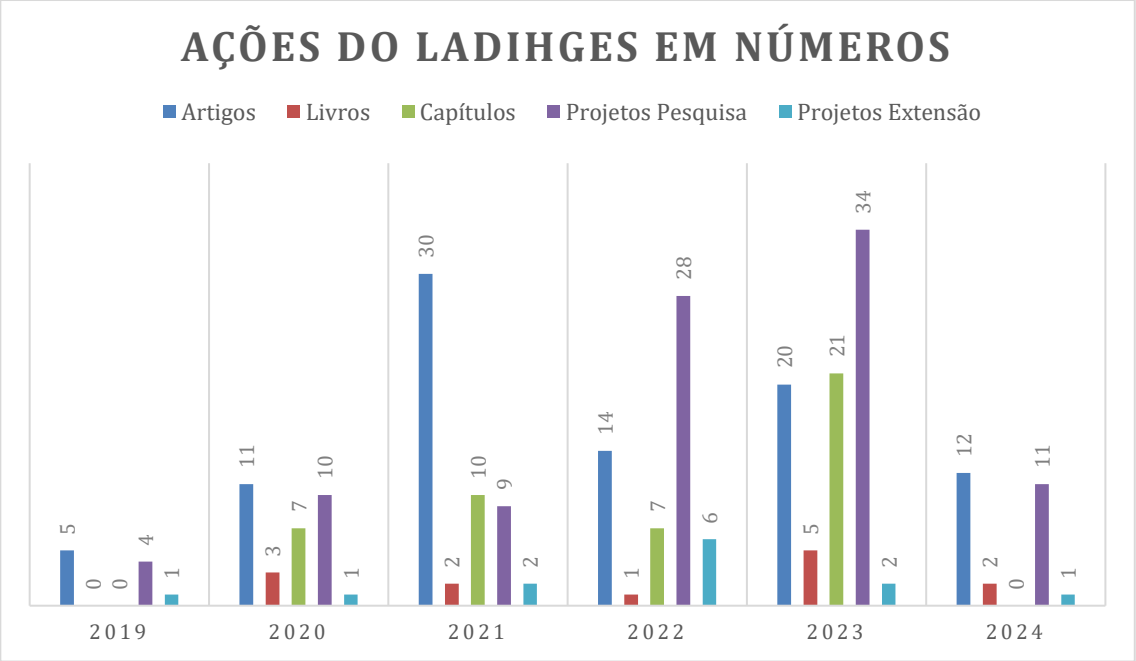
Com essa realidade de ações, mais de duzentos pesquisadores, entre alunos, professores, técnicos já desenvolveram atividades pelo LADIHGES, o que representa um impacto direto e indireto na própria sociedade e na formação profissional de muitas pessoas na região.

Imagem 1: Alguns Livros do LADIHGES Publicados



Fonte: elaboração própria.

Imagem 2: Ações Aplicadas pelos LADIHGES



Fonte: elaboração própria.

Ao mesmo tempo, muitos outros projetos estão em desenvolvimento, com o objetivo principal de tornar a UFRR um centro de referência no norte do Brasil com o objetivo principal de promover estudos sobre Direitos Humanos, gênero e sexualidade, especialmente dentro da Universidade Federal de Roraima.

Além disso, nas redes sociais, especialmente no Instagram do LADIHGES (@LADIHGES_UFRR), foram realizadas mesas redondas de conversas e bate-papos ao vivo sobre questões de gênero, sexualidade e Direitos Humanos. Portanto, sabe-se que a universidade pública deve dar o devido retorno à sociedade, pois é por meio dos impostos pagos pela população que muitos estudantes podem se formar gratuitamente. Assim, o LADIHGES, além de realizarem trabalhos científicos, que visam conscientizar a sociedade, utilizando métodos científicos.

Fato esse que comprova que mudanças impactaram nas bases dessa Instituição de ensino, estando próxima das realidades sociais e, sobremaneira, permitindo o acesso diferenciado aos estudantes da Universidade Federal de Roraima.

Nessa contextualização de obstáculos presentes, se rememorará que na ausência de políticas públicas consistentes e articuladas, a universidade cumpre com um papel muito importante que, por óbvio, não visa substituir as primeiras, mas que sempre problematiza suas falhas, faltas e contribui para a luta política de garantia por direitos (Campos; Castilho;

Machado, 2022, p. 9). Desse modo, a presente investigação, permitirá uma discussão válida, principalmente, sobre Direitos Humanos, gênero e sexualidades no ambiente das universidades (Soares; Castilho, 2023).

Por essa razão, a identificação dos obstáculos que impedem a efetiva integração material e acesso igualitário é indispensável para a construção de políticas públicas, ações e estratégias (Verbicaro Soares, 2024) para o respeito e aceitação de todos dentro dos cursos de Direito pelo país e, também, na sociedade Roraimense.

As ações e estratégias do LADIHGES em favor da visibilização dos temas de Direitos Humanos, gênero e sexualidade representam um esforço em alterar situações conflitivas em que muitas pessoas sofrem diariamente na sociedade de Roraima. Tratar suas experiências e buscar alternativas para o fim do preconceito e discriminações são necessárias para reduzir desigualdades e integrar, sem exclusões por motivos de gênero, suas identidades ou sexualidades.

Para a efetivação dessas mudanças, por exemplo: em temas de identidade de gênero, no ano de 2023, o LADIHGES elaborou nota técnica para subsídio na revisão da Resolução de Políticas de Ações Afirmativas na Pós-Graduação Stricto Sensu na Universidade Federal de Roraima (UFRR), em especial à destinação de vagas para pessoas transgênero (travestis, transexuais e não-binárias). A respectiva nota concluiu, explicitando algumas questões relevantes em defesa da inclusão dessas pessoas:

> Considerando todos os esforços no sentido de remover os obstáculos que ainda reforçam os preconceitos e a materialização de práticas discriminatórias contra as pessoas transgênero;
> Considerando a modalidade de cotas para pessoas trans já estar prevista nos processos seletivos de distintas universidades públicas brasileiras, com a inclusão dessa modalidade de cotas nos certames como ações afirmativas e discriminação positiva, com base no princípio da igualdade formal e equidade;
> Considerando a suposta negligência do Estado brasileiro sobre as políticas públicas no enfretamento às desigualdades decorrentes das transfobias, que corrobora para altos índices no país de abandonado escolar e de acesso à universidade de pessoas transgênero (travestis, transexuais e não-binárias);
> Considerando a carência em oferecer políticas públicas nas áreas de saúde, Direitos Humanos e educação que contribuam para erradicar as mortes violentas e proporcionem igualdade cidadã à comunidade LGBTQIA+;
> Considerando que Universidade Federal de Roraima já conta com ações direcionadas à efetiva proteção das pessoas transgênero (travestis, transexuais e não-binárias) no âmbito da pesquisa, ensino e extensão, em destaque através das iniciativas do Instituto de Ciências Jurídicas, do Núcleo de Práticas Jurídicas e Defesa dos Direitos Humanos, do Núcleo de Estudos e Pesquisas Olevário Tames e do Laboratório de Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade. Da mesma maneira em que o Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteira explicita em suas atividades a difícil realidade em que as pessoas transgênero vivem no Brasil, em especial no contexto de Roraima (Verbicaro Soares, 2014, p. 157-8).

Nota essa que serviu de parâmetro para o processo de modificação que se iniciu em 2024 e continua em andamento, com o objetivo de que essas pessoas excluídas, historicamente, em sociedade possam futuramente ingressar nos cursos de pós-graduação da UFRR. Iniciativa que representa a efetividade das ações do LADIHGES para a sociedade de Roraima.

4 A SENSIBILIZAÇÃO SOBRE GÊNERO, SUAS IDENTIDADES, SEXUALIDADES E OS DIREITOS HUMANOS

Os temas que versam sobre gênero e suas identidades, assim como o que envolvem a sexualidade humana e a proteção dos Direitos Humanos são marcados por agressões ímpares (Verbicaro Soares, 2021, p. 25) ao exercício sobre seus corpos, vindas tanto do Estado enquanto ente que falha em garantir sua dignidade, tanto do núcleo familiar e demais núcleos sociais.

A dificuldade relatada explicita um desconhecimento social sobre essa temática, tanto no Brasil, como em diversos países. A escassa sensibilização para a questão dessas pessoas presume problemas importantes para assuntos que deveriam ser relevantes para as sociedades: dignidade humana e sexualidade. Por serem assuntos abrangentes, exigem uma concentração de esforços para a sensibilização mundial sobre Direitos Humanos, uma vez que múltiplas violências contra muitas pessoas seguem presentes e compreende altos índices de condutas discriminadoras e preconceituosas para com as mesmas.

Trabalhar esses temas implica em revelar as múltiplas questões inerentes à temática. É um assunto, portanto, que trabalha a aceitação, da mesma maneira que pode incidir sobre o descobrimento de uma sexualidade (Verbicaro Soares, 2016, p. 52), assim como, possui relação com o conhecimento sobre os desafios que implicam em assumir essas identidades dentro de uma sociedade conservadora e predominantemente cristã (Verbicaro Soares, 2019, p. 10), heteronormativa e cisnormativa, por exemplo.

As adversidades que englobam o fato de viver uma identidade de gênero divergente do padrão cisnormativo (Verbicaro Soares, 2019, p. 123), advém, também, da compreensão que essa vivência traz consigo um leque de problemas que obstaculizam o respeito às pessoas transgênero. Portanto, não é simples a luta dessas pessoas em auto aceitarem, assim como é igualmente complicada reivindicar a aceitação por parte dos demais, pois acabam sendo vítimas de um dublo preconceito, tanto interno como da própria sociedade onde vivem.

Para o agravamento da situação, o Brasil ocupa uma preocupante liderança de ser apontado como um dos lugares mais violentos, tanto nos temas de gênero (trato igualitário entre homens e mulheres), assim como também para as pessoas transgênero. Todos os dias são

revelados casos em que as trans sofrem violências físicas e psicológicas. Muitos dos ataques terminam, no pior dos casos, em mortes violentas. Para mudanças de paradigma são necessários maiores esforços para a conscientização no país de ações conjuntas da sociedade em geral e do Estado Brasileiro, da mesma forma em que o estado de Roraima apresenta altos índices de práticas discriminatórias, tanto para mulheres como para as pessoas LGBT+ (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e outros).

Nesse aspecto, a negligência das políticas públicas no enfretamento às desigualdades decorrentes das transfobias, que corrobora para que 84% da população travesti e transexual no país tenha abandonado a escola no ensino fundamental. Com essa realidade somada à carência em oferecer políticas públicas nas áreas de saúde, Direitos Humanos e educação que contribuam para erradicar as mortes violentas e proporcionem igualdade cidadã à comunidade LGBT+, como explicitado no Relatório Parcial - Nº 001/2021 do Observatório de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil (Nogueira, 2018). Por esse motivo o LADIHGES tem o compromisso de bucar métodos para que essas desigualdades sejam reduzidas, seja por meio de propostas para o ensino, pesquisa ou extensão na Universidade Federal de Roraima.

O Observatório é coordenado pela Acontece – Arte e Política LGBTI+ e pelo Grupo Gay da Bahia, que juntos produzem o Relatório Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil, publicado todos os anos em versões parciais (Verbicaro Soares, 2024). Visibiliza-se que entre os anos de 2017 e 2022, o Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022 visibilizado pela ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) período em que a Associação passa a fazer essa pesquisa, apontou um total de 912 (novecentos e doze) assassinatos de pessoas trans e não binárias brasileiras. Sendo 131 casos em 2022; 140 casos em 2021; 175 casos em 2020; 124 casos em 2019; 163 casos em 2018 e; 179 casos em 2017 (Benevides, 2023, p. 109). O que faz dessas pessoas vulneráveis e carentes de ações reparatórias, materializadas para garantir direitos e acesso à justiça e à interação social no país.

Assim, como corrobora Benevides, elas são as identidades mais marginalizadas e que enfrentam os piores estigmas sociais; São as principais vítimas de transfobia no ambiente educacional e, devido a exclusão, tem menor escolaridade e maior dificuldade de acesso à universidade. Fatores preocupantes que destacam a necessidade de criar alternativas para o combate à exclusão participativa e justa dessas pessoas vitimadas.

Nesse sentido, é válido plantear a viabilidade de criação de políticas educativas em temas de gênero e suas identidades, sexualidade humana e proteção dos Direitos Humanos (Verbicaro Soares, 2022, p. 118), justamente para permitir o conhecimento sobre os reais problemas e na

busca de soluções para os mesmos. Para aclarar essa situação, recomenda-se por exemplo, o desenvolvimento pessoal de suas identidades e dignidades (Bustos, 2010, p. 237).

Juntamente com essa realidade, para mudanças na real situação de grupos em situação de vulnerabilidade social (Verbicaro Soares, 2011, p. 122), seja por meio de ações públicas, privadas ou, até mesmo, a soma de esforços de ambas para a constituição de uma sociedade mais justa e atenta para os desafios da busca pela igualdade e fim dos preconceitos e discriminações para as pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social no país, es especial as pessoas transgênero.

É imprescindível destacar que a estigmatização de pessoas transgênero como pecadoras, promíscuas, enfermas, perigosas, doentes que não possibilita a inclusão das mesmas na sociedade (Verbicaro Soares, 2015, p. 613). Preocupante também é a criação de certos nichos que aumentam a caracterização negativa dessas pessoas e a sua visibilidade caricata (Verbicaro Soares, 2021, p. 39), como por exemplo, nas associações diretas ao mundo da beleza (maquiagem e cabelo), e das performances artísticas (como em determinados estabelecimentos), da mesma forma em que se equipara à prostituição como as poucas alternativas de funções em que uma pessoa transgênero supostamente poderia ocupar, pois de modo limitado, muitos indivíduos se acostumaram a ver pessoas trans desenvolvendo essas poucas atividades (Verbicaro Soares, 2018, p. 249), o que representa um desconhecimento geral sobre a importância da inclusão dessas pessoas em situação de exclusão social.

CONCLUSÃO

As experiencias plasmadas pelas práticas de ensino, pesquisa e extensão do LADIHGES na Universidade Federal de Roraima, além de realizarem trabalhos científicos, que visam aportar formas para entender, aceitar e integrar as pessoas, independente da orientação sexual, integram modelos de ações e estratégias no fortalecimento da igualdade e respeito para os Direitos Humanos.

Assim, por mais que os Projetos Político-Pedagógicos do Curso de Bacharelado em Direito da Universidade Federal de Roraima, tenham sido modificados nos últimos anos, principalmente quanto à introdução de novas cadeiras e às alterações nas ementas das já existentes na grade curricular, ainda são exigidos pare a efetividade dos temas relacionados aos Direitos Humanos maiores esforços para a sensibilização humanizada, em especial nos temas recorrentes em Roraima, como conflitos com os povos indígenas, migrações, gênero e suas identidades, como também diversidade sexual.

Destaca-se que as ações e estratégias do LADIHGES atenstam a necessidade de trabalhar esses temas sensíveis, dentro e fora das Instituições de ensino. Nesse sentido, as Universidades desempenham um papel de relevo e seus agentes devem estar atentos às necessidades sociais. Temas como os Direitos Humanos, gênero e suas identidades, como a sexualidade humana devem estar incluídos nas disciplinas e nos diálogos dos cursos universitário, justamente para que se possa ter impactos na vida da sociedade. A sensibilização comentada é um processo de longo prazo, que exige dedicação e responsabilidade para a criação de ambientes de harmonia para todos, sem tabus.

Dessa forma, os esforços do LADIHGES representam apenas um dos caminhos para se buscar a almejada igualdade e o respeito entre todos, como combate às injustiças que excluem e vitimam milhares de pessoas todos os anos no país, em especial no contexto conflitivo e hostil para as questões de gênero, suas identidades e sexualidades em Roraima. Por esta razão, plasmando-se viável a criação do respectivo Laboratório para visibilizar os questionamentos sobre temas de interesse e impactando positivamente no contexto social roraimense, uma vez que a cada ano, maior é interesse dos discentes e docentes da UFRR e, também, fora dela em tem integrantes engajados na defesa dos Direitos Humanos.

Espera-se que o presente estudo também sirva de alerta para o curso de Direito da UFRR, no sentido de aprimorar a construção do próximo Projeto Político-Pedagógico do Curso em destacar novos temas e os adequando a esses diálogos com as realidades de Roraima. Com essa conjuntura de desafios, que o presente estudo possa servir de inspiração para as discussões em temas sensíveis e relevantes não apenas para os cursos de Direito pelo país, mas como alternativa viável de reflexão e mudança para o diálogo dos Direitos Humanos no ensino jurídico pelo Brasil.

Que essas experiências positivas nas ações do LADIHGES possam ser modelos aplicados por outras instituições de ensino jurídico no país ou, por cursos afins diversos e, também, que possam ser inspiração para outros indivíduos na implementação de uma educação humanizada em Direitos Humanos.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022** / Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023.

BUSTOS, María Ángeles González. La transcendencia del sistema de función pública en el desarrollo de la igualdad. In: RUIZ, Manuela Mora. (Dir.) **Formación y objeto del Derecho antidiscriminatorio de género: perspectiva sistemática de la igualdad desde el Derecho público.** Barcelona, Espanha: Atelier, pp. 235-54, 2010.

CAMPOS, Carmen Hein de; CASTILHO, Ela Volkmer de; MACHADO, Isadora Vier. "Violência de gênero e pandemia". In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 30 (2), p.1-12, 2022.

DIREITOS HUMANOS LAB. **Laboratório de Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade.** 2023. Disponível em: <https://direitoshumanoslab.blogspot.com/?m=0>. Acesso em: 08 de junho de 2024.

NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim; CABRAL, Euclides Afonso (Org.). DOSSIÊ**: A carne mais barata do mercado.** Observatório Trans, Uberlândia (MG), 2018. Disponível em: <Home (observatoriotrans.org)>. Acesso em: 20 de julho de 2024.

SOARES, Douglas Verbicaro. **Estudio sobre la orientación homosexual, género y sus identidades en las Fuerzas Armadas de Brasil** [recurso eletrônico] / Douglas Verbicaro Soares. - Cruz Alta: Ilustração, 2024.

SOARES, Douglas Verbicaro; CASTILHO, Ela Wiecko V. de. Transgêneros e Forças Armadas. In: **Anais do II Congresso internacional "Dignidade humana em tempos de (pós) pandemia: direito e democracia no Brasil contemporâneo. Anais...**Blumenau (SC) FURB, 2023. Disponível em: <https//www.even3.com.br/anais/ii-congresso-internacional-dignidade-humana-em-tempos-de-pandemia-direito-e-democracia-no-brasil-contemporaneo-316015/620189-TRANSGENEROS-E-FORCAS-ARMADAS>. Acesso em: 12 de julho de 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. **Curso**. Boa Vista, 2022. Disponível em: <https://sigaa.ufrr.br/sigaa/public/curso/curriculo.jsf?lc=pt_BR&id=581618>. Acesso em: 08 de junho de 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. **UFRR oferta aulas introdutórias de boxe para mulheres e membros da comunidade LGBTQI+.** 2022a. Disponível em: <https://ufrr.br/ultimas-noticias/8294-ufrr-oferta-aulas-introdutorias-de-boxe-para-mulheres-e-membros-da-comunidade-lgbtqi>. Acesso em: 08 de junho de 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. **Produção Intelectual.** 2023. Disponível em: <SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (ufrr.br)>. Acesso em: 08 de junho de 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. **Projetos de pesquisa**. 2024. Disponível em: <SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (ufrr.br)>. Acesso em: 08 de junho de 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. **Projeto Político-Pedagógico do Curso de Bacharelado em Direito**. Boa Vista, 2015. Disponível em: <https://sigaa.ufrr.br/sigaa/public/curso/ppp.jsf?lc=pt_BR&id=581618>. Acesso em: 08 abr. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. **UFRR revitaliza Núcleo de Práticas Jurídicas.** 2022b. Disponível em: <https://ufrr.br/ultimas-noticias/7983-ufrr-revitaliza-nucleo-de-praticas-juridicas>. Acesso em: 08 de junho de 2024.

VERBICARO SOARES, Douglas. A condenação histórica da orientação sexual homossexual – as origens da discriminação à diversidade sexual humana: violações aos direitos sexuais – reflexos do Brasil Colônia ao Século XXI. In.: **Revista Latino-Americana de Direitos Humanos - HENDU**. V. 7, número 1, p.50-64, 2016.

VERBICARO SOARES, Douglas. A Sensibilização em Direitos Humanos no Ensino, Pesquisa e Extensão das Disciplinas de Práticas Jurídicas Reais da Universidade Federal de Roraima. In.: **Revista Extensão**, 8(1), 41-57, 2024.

VERBICARO SOARES, Douglas. Discriminação homossexual na ideologia cristã. In.: **Revista Missioneira.** Santo Ângelo, Brasil, v. 21, n. 1, p. 10-35, 2019.

VERBICARO SOARES, Douglas. Estudos sobre Direitos Humanos e sexualidade. In.: **Revista ESMAT**, v. 14, p. 117-142, 2022.

VERBICARO SOARES, Douglas. Et al.: "Formación en Derechos Humanos, Influencia Estudios Universitarios Entre España (Salamanca) Y Brasil (Roraima)". *In:* HARTEMINK CANTINI, A.; HARTEMINK CANTINI, J.; CARREGOSA ROCHA, S. (org.). **Direitos Humanos E Perspectivas Interdisciplinares.** São Borja/RS: Editora Center, 2021.

VERBICARO SOARES, Douglas. **Homossexualidade e Forças Armadas. A busca pela efetividade dos Direitos Humanos no Brasil**. Trabajo de Grado. Universidad de Salamanca: Programa de Doctorado Pasado y presente de los Derechos Humanos, Salamanca, España, 2011.

VERBICARO SOARES, Douglas. La homosexualidad en preceptos de la religiosidad cristiana. In.: **Revista Missioneira**, v. 23, n. 1, p. 23-35, 2021.

VERBICARO SOARES, Douglas. **La libertad sexual en la sociedad: especial referencia a la homosexualidad en las Fuerzas Armadas Brasileñas**. Tesis Doctoral del Programa de Doctorado Pasado y Presente de los Derechos Humanos, Universidad de Salamanca - USAL, Salamanca, España, 2015, 791 p.

VERBICARO SOARES, Douglas. O estudo da orientação homossexual pensado nos Direitos Humanos e na sociedade brasileira. In.: **Revista Bagoas – Estudos gays, gênero & sexualidades**. V. 13, nº 20, p.121-163, 2019.

VERBICARO SOARES, Douglas. A visibilidade de docentes mulheres no curso de Direito da Universidade Federal de Roraima: Estudo de caso entre 2019 e 2023. In: II Semana Internacional sobre Educação, Direitos Humanos, Diversidade Sexual e Gênero, 2024, Rio de Janeiro. **Anais da II Semana Internacional sobre Educação, Direitos Humanos, Diversidade Sexual e Gênero**. Rio de Janeiro: Escola Superior de Advocacia - Ilha do Governador - RJ Ordem dos Advogados do Brasil - Ilha do Governador, 2024.

VERBICARO SOARES, Douglas. O Laboratório de Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade da Universidade Federal De Roraima - LADIHGES/UFRR: Ações E Estratégias. In: II Semana Internacional sobre Educação, Direitos Humanos, Diversidade Sexual e Gênero, 2024, Rio de Janeiro. **Anais da II Semana Internacional sobre Educação, Direitos Humanos, Diversidade Sexual e Gênero**. Rio de Janeiro: Escola Superior de Advocacia - Ilha do Governador - RJ Ordem dos Advogados do Brasil - Ilha do Governador, 2024.

VERBICARO SOARES, Douglas. Transgêneros e Forças Armadas Brasileiras: Os Caminhos Para a Inclusão Social Dessas Pessoas na Sociedade Brasileira. In.: **Revista Direitos Humanos e Democracia**. Ano 9, nº 18, Jul./Dez., p. 37-57, 2021.

VERBICARO SOARES, Douglas. Transgêneros e o direito ao voto cidadão de 2018 no Brasil. In.: **Revista BAGOAS**. Natal, Brasil, v. 12, n. 19, p. 240-70, 2018.